

*Requerimentos de Urgência aprovados na sessão deliberativa da Câmara dos Deputados em 31 de maio de 2016:*

- 1) [Requerimento 4318/2016](#), dos líderes partidários, que requer urgência para apreciação do [PL 4254/2015](#), do Poder Executivo, que: 1) Dispõe sobre as remunerações dos cargos das Carreiras de Gestão Governamental; do Plano de Carreiras e Cargos do IPEA; da Carreira de Finanças e Controle, dos cargos de Técnico de Planejamento P-1501; da Gratificação Específica de Produção de Radioisótopos e Radiofármacos – GEPR; do Adicional por Plantão Hospitalar – APH; Plano de Carreiras e Cargos dos servidores da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE; das Carreiras da Área Penitenciária Federal; do Plano de Carreiras e Cargos da Superintendência de Seguros Privados – Susep e da Comissão de Valores Mobiliários – CVM; do Plano Especial de Cargos do Departamento de Polícia Federal; da Carreira de Especialista do Banco Central do Brasil, do Plano de Carreiras e Cargos da Superintendência Nacional de Previdência Complementar – Previc. Altera a nomenclatura das Carreiras de Agente Penitenciário; 2) Reconhece o nível superior para o cargo de Técnico do Banco Central do Brasil; 3) Estabelece que os cargos de Agente Executivo da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP e da Comissão de Valores Mobiliários – CVM na Carreira de Agente Executivo da SUSEP e na Carreira de Agente Executivo da CVM passarão a ser remunerados por subsídio, a partir de 1º de janeiro de 2017; 4) Faculta aos servidores, bem como àqueles que já se encontram aposentados e aos pensionistas alcançados pelo disposto nos arts. 3º, 6º e 6º-A da Emenda Constitucional nº 41, de 2003, e no art. 3º da Emenda Constitucional nº 47, de 2005, que fazem jus à incorporação de 50% da respectiva gratificação, optar, de forma irrevogável, por nova forma de incorporação da parcela, a ser concedida de forma escalonada, com implementação nos meses de janeiro de 2017, janeiro de 2018 e janeiro a 2019, alcançando, ao final, a média dos pontos da gratificação recebidos nos últimos 60 meses de atividade; 5) Versa sobre o reajuste dos valores dos subsídios das carreiras integrantes da Advocacia Geral da União (AGU).
- 2) [Requerimento 4412/2016](#), dos líderes partidários, que requer urgência para apreciação do [PL 4250/2015](#), que versa sobre o reajuste na remuneração das seguintes carreiras: de Auditor Fiscal Federal Agropecuário; de Atividades Técnicas e Auxiliares de Fiscalização Federal Agropecuária – PCTAF; de Médico do Poder Executivo; dos cargos de Engenheiro, Arquiteto, Economista, Estatístico e Geólogo, de que trata a Lei nº 12.277, de 30 de junho de 2010; do plano geral de cargos do poder executivo; do plano especial de cargos do ministério da fazenda; do hospital das forças armadas; do quadro de pessoal da imprensa nacional; do plano especial de cargos do instituto brasileiro de turismo – EMBRATUR; do plano especial de cargos do departamento de polícia rodoviária federal; do quadro de pessoal da fundação nacional do índio – FUNAI; agentes de combate às endemias; auditoria do sistema único de saúde; dos servidores do instituto nacional de meteorologia – INMET; dos servidores da comissão executiva do plano da lavoura cacaueira – CEPLAC; da carreira da seguridade social e do trabalho; da carreira previdenciária; da carreira da

previdência, da saúde e do trabalho; do grupo defesa aérea e controle de tráfego aéreo – DACTA; do plano de carreiras para a área de ciência e tecnologia; do instituto Evandro Chagas – IEC; do centro nacional de primatas – CENP; do pessoal do departamento nacional de produção mineral – DNPM; do plano de carreira dos cargos de tecnologia militar; do plano de carreiras e cargos da agência brasileira de inteligência – ABIN; da carreira do seguro social; da carreira de especialista em meio ambiente e do IBAMA; do plano de classificação de cargos dos ex-territórios federais - PCC-EXT; dos cargos da secretaria de patrimônio da União.

- 3) [Requerimento 4310/2016](#), do deputado André Moura (PSC/SE), que requer urgência para apreciação do [PL 4252/2015](#), que: 1) Dispõe sobre a remuneração dos cargos do Plano de Carreira dos Cargos de Reforma e Desenvolvimento Agrário, de que trata a Lei nº 11.090, de 7 de janeiro de 2005; do Plano Especial de Cargos da Cultura, de que trata a Lei nº 11.233, de 22 de dezembro de 2005; do Plano de Carreiras e Cargos de Ciência, Tecnologia, Produção e Inovação em Saúde Pública da Fiocruz, de que trata a Lei nº 11.355, de 19 de outubro de 2006; do Plano de Carreiras e Cargos do Inmetro, de que trata a Lei nº 11.355, de 19 de outubro de 2006 e do Plano de Carreiras e Cargos do INPI, de que trata a Lei nº 11.355, de 19 de outubro de 2006, Magistério dos extintos Territórios de que trata a Lei nº 12.800, de 23 de abril de 2013 e do Quadro de Pessoal da Advocacia-Geral da União, de que trata a Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002; 2) Estabelece que os servidores integrantes das Carreiras das Agências Reguladoras, de que trata a Lei nº 10.871, de 2004, passarão a ser remunerados exclusivamente por subsídio, a partir de 1º de janeiro de 2017; 3) Cria as carreiras de Analista em Defesa Econômica e Analista Administrativo para o Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE.
- 4) [Requerimento 4311/2016](#), da deputada Erika Kokay (PT/DF), que requer urgência para apreciação do [PL 4253/2015](#), do Poder Executivo, que: 1) Dispõe sobre a estrutura remuneratória dos servidores militares vinculados ao Quadro dos Extintos Territórios Federais de Amapá, Roraima e Rondônia, propõe-se a instituição da Vantagem Pecuniária Específica da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar dos Extintos Territórios Federais – VPExt; carreira de Analista em Tecnologia da Informação - ATI, por meio da Lei nº 11.357, de 2006; da Superintendência da Zona Franca de Manaus – Suframa; do Departamento Nacional de Auditoria do Sistema Único de Saúde – DENASUS; 2) Propõe a criação do cargo de Analista Técnico de Pessoal e de Logística, organizado na Carreira de Pessoal e de Logística; dos cargos de Analista Técnico-Administrativo, Estatístico, Museólogo e Historiador no Quadro de Pessoal da Imprensa Nacional, de Analista Técnico-Administrativo e Estatístico no Plano Especial de Cargos do Departamento de Polícia Rodoviária Federal e de Biólogo na Carreira da Previdência, Saúde e Trabalho; 3) Versa sobre a transformação de cargos em instituições federais de ensino básico, técnico e tecnológico e instituições federais de ensino superior vinculadas ao MEC; o Instituto Brasileiro de Museus – IBRAM; o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – DNIT; a Imprensa Nacional - IN; o Departamento de Polícia Federal - DPF; o Departamento de Polícia Rodoviária Federal - DPRF; o Comando do Exército - COMEX; a Fundação Nacional de Saúde - FUNASA; o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - MP; e o Órgão Central do Sistema de Pessoal Civil – SIPEC; Prevê, ainda, a

transformação, sem aumento de despesa, de cargos vagos e que vierem a vagar de Engenheiro com especialização em engenheiro; 4) Dispõe sobre a estruturação de Plano Especial de Cargos de Apoio da Advocacia-Geral da União (PEC-AGU), constituído pelas carreiras e cargos de Analista Técnico de Apoio à Atividade Jurídica e de Técnico de Apoio à Atividade Jurídica; 5) Estabelece prazo de até três anos para as requisições de servidores ou empregados do Poder Executivo federal para a Justiça Eleitoral, a Defensoria Pública da União e o Ministério Público da União; 6) Reabre o prazo para o servidor que ingressou anteriormente a 4 de fevereiro de 2013 no serviço público federal efetuar opção de migrar para o regime de previdência complementar de que trata a Lei nº 12.618, de 30 de abril de 2012 (24 meses).

- 5) [Requerimento 4413/2016](#), dos líderes partidários, que requer urgência para apreciação do [PL 4251/2015](#), que dispõe sobre as remunerações dos cargos do Plano de Carreiras e Cargos de Magistério Federal, de que trata a Lei nº 12.772, de 28 de dezembro de 2012; do Plano de Carreiras de Magistério do Ensino Básico Federal, de que trata a Lei nº 11.784, de 22 de setembro de 2008; das Carreiras e Planos Especiais do Fundo Nacional de Desenvolvimento de Educação – FNDE e do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP, de que trata a Lei nº 11.357, de 19 de outubro de 2006; do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação, de que trata a Lei nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005; e dos cargos de médico, de que trata a Lei nº 12.702, de 7 de agosto de 2012. O Projeto de Lei consiste, fundamentalmente, de ajustes na estrutura de remuneração de Planos de Carreiras e Cargos, no âmbito das Instituições Federais de Ensino, a serem implementados em duas parcelas, em agosto de 2016 e janeiro de 2017, bem como a redefinição dos percentuais dos parâmetros entre vencimento básico, retribuição por titulação e jornada de trabalho, a serem implementados em três etapas, em agosto de 2017, agosto de 2018 e agosto de 2019.
- 6) [Requerimento 4414/2016](#), dos líderes partidários, que requer urgência para apreciação do [PL 4255/2015](#), que reajusta a tabela de Soldo dos militares das Forças Armadas. O reajuste será praticado em quatro parcelas, entre 2016 e 2019. Em média, o reajuste será efetivado nos seguintes percentuais: 5,5% em 2016; 6,59% em 2017; 6,72% em 2018 e 6,28% em 2019.
- 7) [Requerimento 10906/2014](#), dos líderes partidários, que requer urgência para apreciação do [PL 7922/2014](#), que dispõe sobre a estruturação do Plano de Carreiras e Cargos dos Servidores da Defensoria Pública da União, fixa o valor de suas remunerações e dá outras providências.
- 8) [Requerimento 4367/2016](#), do deputado Aelton Freitas (PR/MG), que requer urgência para apreciação do [PL 2647/2015](#), que dispõe sobre o subsídio do Procurador Geral da República.
- 9) [Requerimento 4376/2016](#), do deputado Rogério Rosso (PSD/DF), que requer urgência para apreciação do [PL 2747/2015](#), que dispõe sobre o subsídio do Defensor Público-Geral Federal e dá outras providências.
- 10) [Requerimento 4295/2016](#), do deputado André Moura (PSC/SE), que requer urgência para apreciação do [PL 2742/2015](#), que reajusta a remuneração dos servidores integrantes do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados.

- 11) [Requerimento 4297/2016](#), do deputado André Moura (PSC/SE), que requer urgência para apreciação do [PL 4244/2015](#), que reajusta a remuneração dos servidores do Senado Federal.
- 12) [Requerimento 4296/2016](#), do deputado André Moura (PSC/SE), que requer urgência para apreciação do [PL 2743/2015](#), que altera os Anexos III, IV, V e VI da Lei nº 10.356, de 27 de dezembro de 2001, que dispõe sobre o Quadro de Pessoal e o Plano de Carreira do Tribunal de Contas da União e dá outras providências.

*Fonte: Queiroz Assessoria Parlamentar e Sindical*